

Considerações psicanalíticas sobre o lugar do sujeito na estruturação do conhecimento

*Julia Anacleto**

Resumo: O artigo se insere no debate teórico acerca dos determinantes da construção do conhecimento, visto seu potencial para repensar questões relacionadas à aprendizagem. Parte-se da retomada do construtivismo piagetiano pelo seu viés estruturalista como forma de superar a polêmica entre inatismo e empirismo, porém, com limites em incluir o sujeito na estrutura. Propõe-se avançar no debate recorrendo a uma concepção de estrutura que incorpore a noção de sujeito do inconsciente, permitindo o questionamento do paradigma desenvolvimentista.

Palavras-chave: Psicanálise e educação. Conhecimento. Sujeito do inconsciente. Piaget. Freud.

Abstract: The paper deals with the theoretical debate over the determinants of knowledge construction, regarding its potential to rethink questions related to learning. It departs from reconsidering Piagetian constructivism through its structuralist bias as a form to overcome the controversy between innatism and empiricism. However, it faces limits while including the subject within the structure. Therefore, it is here proposed to move the debate forward by invoking a conception of structure which incorporates the notion of subject of the unconscious, thus allowing the questioning of the developmental paradigm.

Keywords: Psychoanalysis and Education. Knowledge. Subject of Unconscious. Piaget. Freud.

O presente artigo se debruça sobre o debate teórico acerca dos determinantes da construção do conhecimento, presente sobretudo no campo de estudos situado nas fronteiras entre a psicologia e a educação.

Dada a reiteração, nesse campo, da polêmica entre inatismo e empirismo, faz-se necessária a retomada do construtivismo piagetiano pelo seu viés estruturalista, em seu potencial para pensar a inteligência para além da dicotomia entre o inato e o adquirido. Essa leitura heterodoxa dos textos piagetianos visa contrapor-se às leituras que reduzem o pensamento de Piaget ao paradigma desenvolvimentista articulado à substancialização da inteligência.

O estruturalismo piagetiano será considerado em seu potencial, porém também em seus limites em incluir o sujeito na estrutura, impossibilitando-o de dar conta daquilo que escapa ao princípio equilibratório presente nas manifestações singulares dos sujeitos individuais em suas estratégias cognitivas. Esse limite aponta para a necessidade de questionamento do paradigma desenvolvimentista, reiterada pela insuficiência dos trabalhos que visam complementar a teoria piagetiana pela reconsideração do suposto aspecto afetivo das condutas. Será objetivando avançar em tal debate que o texto irá recorrer, por fim, aos fundamentos da teorização freudiana em torno das funções do Eu, na direção da formulação da pulsão de morte, apontando as possibilidades de problematizar o

* Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP, na linha de pesquisa Psicanálise e Educação. E-mail: julia.anacleto80@gmail.com

estruturalismo clássico e sua necessária negação da intrusão do sujeito como furo na estrutura, na mesma medida em que busca afastar a discussão sobre os determinantes da construção do conhecimento da perspectiva desenvolvimentista. O argumento aqui desenvolvido se apresentará, por fim, como um recorte introdutório de como a noção de construção do conhecimento pode ser repensada a partir do paradigma psicanalítico, focando nos fundamentos que possibilitam tal desvio teórico do debate.

A leitura desenvolvimentista de Piaget

No encontro entre a psicologia e a educação, ergue-se como um dos interesses fundamentais valer-se dos aportes teóricos vindos da psicologia para se pensar questões relacionadas à aprendizagem. Nesse sentido, cumpre papel central a teoria piagetiana e sua concepção dos determinantes da construção do conhecimento. Isso porque Piaget possibilitou, com sua teoria construtiva do conhecimento, uma ressignificação da aprendizagem, termo até então indissociável do campo conceitual do empirismo.

Segundo Piaget (1975b), o empirismo sustenta a existência de conhecimentos fornecidos diretamente pela experiência. No entanto, em sua concepção, o modelo da chamada “leitura” da experiência se vê substituído pelo da assimilação, entendida como “incorporações do dado a esquemas se organizando graças às atividades do sujeito tanto quanto às propriedades do objeto” (p. 386). Nesse sentido a aprendizagem enquanto aquisição de conhecimentos seria resultado de uma atividade do sujeito e esta, por sua vez, seguiria a determinação de uma lógica própria à estruturação cognitiva.

Esse confronto de Piaget com as teses empiristas deu ensejo a uma leitura de sua teoria que Lajonquière (1997b) chama de “monádica” e que ganha terreno principalmente nos anos 1960 na esteira da ascensão da ideologia médico-psicológica na qual predominam as noções de maturação e desenvolvimento. Nessa leitura, a inteligência é vista como uma substância interna que evolui por um processo de maturação. Focada nos estágios, essa linha interpretativa fez de Piaget um psicólogo do desenvolvimento, reduzindo a heterogeneidade de seus trabalhos a uma psicologia vitalista. Dessa forma, o debate em torno dos determinantes da construção do conhecimento passa a se dar, preponderantemente, nos termos da psicologia do desenvolvimento.

No Brasil, onde as ideias de Piaget ganham novo vigor nos anos 1980, veremos conformar-se uma forma de leitura da epistemologia genética que visa contrapor-se àquela “monádica”. Na perspectiva “diádica” (LAJONQUIÈRE, 1997b), não se deixa de substancializar a inteligência, porém acrescentando à mônada portas e janelas; ou seja, o desenvolvimento da inteligência não se reduziria a um processo maturacional, mas seria influenciado também pelas interações com o meio. Essa linha de interpretação será ainda alimentada pelo histórico-culturalismo, linha de estudos fomentada a partir da divulgação no Brasil dos escritos de Vygotsky. No entanto, vemos boa parte desse debate ser marcado

por uma recaída constante no empirismo na medida em que a interação aparece muitas vezes reduzida a uma estimulação comportamental. Desse modo, de certa forma a antiga polêmica entre empirismo e inatismo continua pautando o debate sobre os determinantes da construção do conhecimento. Polêmica a partir da qual, contudo, o próprio Piaget (1979) se vê instigado a propor soluções de superação.

Para impedir que sua elaboração do problema recaísse nas teses empiristas ou inatistas, Piaget (1975a) propõe uma saída pela via do construtivismo, desenhando um modo próprio de se apropriar do nascente pensamento estruturalista no campo da psicologia. É, portanto, pela filiação ao estruturalismo, movimento de pensamento que ganha terreno no âmbito das ciências do homem na virada do século XX, que o genebrino inscreve seu modo *sui generis* de abordar a legalidade que rege os processos epistêmicos.

Por mais que possa parecer estranho, retomar os termos em que Piaget pensa essa polêmica permite articular de forma precisa a introdução possível da teoria freudiana nesse debate. Isso porque em ambos os paradigmas teóricos temos a formulação de uma legalidade presidindo os processos de pensamento. Não se trata de complementaridade nem de superação, mas de articular, de um lado, as potencialidades do pensamento piagetiano no que diz respeito aos determinantes dos processos epistêmicos e, de outro lado, localizar os pontos onde esse referencial teórico encontra seus limites e como o paradigma inaugurado por Freud permite fazer trabalhar, de uma maneira própria, aquilo que está em jogo nos processos epistêmicos para além dos limites piagetianos.

O estruturalismo piagetiano e seus limites

Para Piaget, uma estrutura é uma totalidade formada por elementos subordinados às leis de sua composição. Não se trata de associações cumulativas, mas de um todo que corresponde a certas “propriedades de conjunto distintas daquelas que pertencem aos elementos” (PIAGET, 1979, p. 10). No entanto, a noção de estrutura aparece aqui distinta daquela de totalidades emergentes, sustentada anteriormente pela Gestalt. Enquanto essa inverte a associação atomística postulando a anterioridade da totalidade na determinação dos elementos, Piaget sustenta que as estruturas se caracterizam por serem operatórias, ou seja, o foco está colocado nas relações entre os elementos, nos processos de composição. O todo é, portanto, resultante de composições que estabelecem relações regidas por leis do sistema. Dessa forma, as estruturas não são apenas totalidades estruturadas, mas também estruturantes.

Para Piaget, contrapor ao empirismo – e sua noção de que o todo é efeito da associação atomística – uma noção de determinação das partes pelo todo sem indagar por sua gênese implica o perigo de “reunir-se ao terreno transcendental das essências, das ideias platônicas ou das formas *a priori*?” (PIAGET, 1979, p. 12). Assim, o problema da gênese colocaria em causa a própria significação

da noção de estrutura. Daí a necessidade de recorrer a “relações indissociáveis entre o estruturalismo e o construtivismo” (p. 14).

A noção de construtivismo, indissociável do estruturalismo, é, portanto, aquela que permite não cair na armadilha de identificar o princípio evolutivo piagetiano com o maturacionismo. Para o epistemólogo, o resultado do processo construtivo, que é sempre uma nova estrutura derivada de uma anterior e que lhe é inferior (PIAGET, 1975a), não está predeterminado. Recusa, assim, o caminho do inatismo. A relação entre duas estruturas, uma anterior e outra posterior, proposta pelo construtivismo é a da “assimilação recíproca de tal modo que a superior pode ser derivada da inferior por via de transformações, mas também de tal modo que a primeira enriquece esta última nela se integrando” (PIAGET, 1975a, p. 189). Assim, as estruturas novas se constroem a partir dos limites das anteriores – dados pela inconsistência de suas respostas – levando ao aparecimento de novidades estruturais não contidas de antemão no conjunto dos possíveis.

Fortes (2006) afirma que Piaget dá um passo adiante na consideração do estruturalismo psicológico em relação à Gestalt, na medida em que, diferentemente desta, pretende incluir a atividade do sujeito como elemento fundamental da estrutura, postulando, assim, que a estrutura é um sistema em transformação (PIAGET, 1979). As novidades epistêmicas provêm, portanto, da ação estruturante do sujeito. Mas o que implica essa inclusão da atividade do sujeito como fator causal na determinação das estruturas?

Para Piaget (1979), a atividade do sujeito é o instrumento de construtividade das estruturas e apresenta-se determinada pelo princípio de equilíbrio. Por isso ele é levado a afirmar que o sujeito “não é, de modo algum, livre para arranjá-las à sua maneira” (p. 52). As ações não são atribuídas a um sujeito consciente comandando o processo. A construção se dá por um “comportamento operatório” do qual somente através de uma complexa reflexão científica o sujeito toma consciência, e mesmo assim parcialmente. Quando fala em atividade do sujeito, frisa, então, tratar-se de “um sujeito epistemológico, isto é, dos mecanismos comuns a todos os sujeitos individuais de mesmo nível, ou ainda, do sujeito ‘qualquer’” (p. 57). O sujeito epistemológico piagetiano é, portanto, um “centro de funcionamento” (p. 57) do princípio de equilíbrio, postulado como princípio – ou lei estrutural – que orienta os processos epistêmicos no sentido de uma reconstrução contínua das estruturas cognitivas.

Piaget extrai esse princípio das pesquisas de sua época no campo da biologia. A partir dessa influência, para o autor haveria um fator que une os processos fisiológicos e os processos psicológicos que seria a submissão a um princípio vital de tendência ao equilíbrio. Na contramão da interpretação desenvolvimentista que vê nesse recurso a oportunidade de reduzir a construção a um processo definido organicamente, Lajonquière (1992, 1997a, 1997b), visando fazer jus ao esforço piagetiano de não recair no inatismo, é categórico em afirmar que Piaget não confunde as estruturas intelectuais com as estruturas orgânicas, estabelecendo entre a vida e os processos epistêmicos uma relação de continuidade funcional e de isomorfismo parcial. Ou seja, além da pressuposição de uma materialidade

neuronal como condição necessária, porém não suficiente, para as funções cognitivas, não haveria entre o orgânico e o cognitivo uma relação causal, mas sim de pressuposição epistemológica entre materialidades distintas.

Mesmo sem reduzir o princípio de equilíbrio a algo de ordem orgânica, isso não impede que Piaget insista no caráter evolutivo do processo construtivo, mesmo que não se trate de um evolucionismo organicista. Isso porque ele está convencido da necessidade do princípio da hierarquia entre as estruturas como meio de explicar a gênese destas. Segundo ele, uma estrutura dá origem a uma nova por um processo de reorganização, donde a ideia de que a gênese de uma estrutura nada mais é que a passagem de uma estrutura mais simples a uma mais complexa. A ideia de uma hierarquia entre as estruturas deriva da formulação de Goedel acerca dos limites da formalização e pela mobilidade dessas fronteiras pela construção de teorias de tipo superior, porque mais complexas. Essa mobilidade das fronteiras da formalização estaria ligada então à ideia de construção contínua. Com isso, haveria entre as estruturas uma relação de filiação em certo aspecto, porém não no sentido de que a transformação de uma em outra estaria contida em germe na estrutura anterior. A filiação só se dá, portanto, como efeito.

As tentativas de alargar os limites teóricos piagetianos sem abandonar o desenvolvimentismo

Essa leitura heterodoxa dos textos piagetianos visa, acima de tudo, localizar o potencial pouco explorado dessa teoria em situar os problemas relativos aos processos cognitivos na perspectiva do estruturalismo. Potencial para pensar a inteligência para além da dicotomia entre o inato e o adquirido. No entanto, ao insistir no caráter evolutivo da construção do conhecimento, a perspectiva piagetiana encontra seus limites na impossibilidade de dar conta daquilo que escapa ao princípio equilibratório dos processos cognitivos.

Piaget (1975b), postula, em certo momento de seu percurso investigativo, que a conduta do sujeito é formada, de um lado, pela estrutura cognitiva e, por outro lado, pela afetividade. Nessa formulação, os piagetianos localizam uma brecha para o apontamento de algo que estaria além da estrutura cognitiva e seu princípio de equilíbrio. Encara-se assim a necessidade de reconsiderar o “aspecto afetivo da conduta”, numa tentativa de recuperar a problemática que Piaget optou por não tomar como eixo de sua construção.

Segundo Lajonquière (2010), o que está em jogo nessa formulação piagetiana dos dois aspectos da conduta é uma operação epistemológica de construção de um objeto teórico pela exclusão daquilo que é colocado na conta da dita afetividade. Essa operação marcaria a fisionomia particular do paradigma piagetiano, qual seja, o foco no “sujeito epistêmico”, aquele que congrega as características comuns a todos os sujeitos de um determinado nível de desenvolvimento, com exclusão das diferenças individuais. Dessa forma, em nenhum momento Piaget cogita que a afetividade, postulada como fator

energético, participe da formação estrutural da inteligência, entrando na conta apenas como condição de possibilidade da ação e do pensamento. Na medida em que a afetividade é vista apenas como um “agente motivador” da ação (MACEDO et al., 2009), seu interesse estaria limitado à consideração de questões de ritmo do processo construtivo do conhecimento. Por outro lado, no entanto, ao dirigir o interesse do sujeito para esse ou aquele objeto ou característica do objeto, teríamos uma brecha para tratar de uma possível influência dessas escolhas na estruturação do conhecimento.

Souza (2005) parte da concepção piagetiana da afetividade como responsável pelas escolhas de objetos baseadas nos interesses, portanto, mais ligada aos conteúdos dos processos epistêmicos, enquanto a inteligência seria responsável pelo modo de apreensão do objeto de acordo com um princípio estrutural. Suspeita, no entanto, que haveria uma influência também do “conteúdo” sobre o funcionamento mental. Por esse caminho, aponta para a limitação do enquadramento da dita afetividade na dimensão energética.

Contudo, dada a restrição da investigação à articulação da epistemologia genética com a psicologia do desenvolvimento (SOUZA, 2014), o foco da investigação se desloca para a avaliação da capacidade da criança em justificar suas escolhas de aspectos valorizados em personagens de contos de fadas de acordo com critérios evolutivos rumo a uma maior regulação racional da afetividade (SOUZA, 2005). Os estudos da autora reiteram a perspectiva desenvolvimentista englobando não apenas a dimensão cognitiva como também a dimensão afetiva. Ou seja, a afetividade é pensada como algo que se desenvolve juntamente com a estruturação da inteligência, na medida em que se supõe que as valorizações e escolhas do sujeito ganhem em qualidade na medida em que se submetem aos critérios de abstração e formalidade que regem o suposto desenvolvimento psicológico de forma geral. Em outras palavras, o que Souza (2005, 2014) sustenta em seus estudos é que a escolha dos conteúdos para os quais o sujeito dirige sua ação vai sendo progressivamente coordenada por uma hierarquia de valores onde predomina, em última instância, os critérios morais e sua conscientização. A estrutura inteligente coordenaria então o progresso da afetividade.

Por esse caminho, Souza se alinha com outros estudos piagetianos sobre a afetividade que apontam para um processo de “intelectualização dos sentimentos, organizados cognitivamente nos processos de desenvolvimento, formando um sistema de valores” (MACEDO et al., 2009, p. 310), reiterando a perspectiva de um gradual controle do afetivo pelo cognitivo. A ideia de um “desenvolvimento afeto-cognitivo” (MACEDO et al., 2009, p. 310) fica vinculada ao fato de que para Piaget “a evolução da inteligência permite organizar [...] o mundo afetivo” (LA TAILLE, 1992, p. 72-3).

Tais estudos apontam para a insuficiência da teoria piagetiana para pensar esse algo que insiste em não se dobrar aos critérios da razão e do desenvolvimento. No entanto, na medida em que não atinge o paradigma desenvolvimentista, a constatação da insuficiência do referencial piagetiano em tratar a recíproca influência do afetivo sobre a inteligência passa a alimentar o “sonho daqueles que procuram unir Piaget a Freud” (LA TAILLE, 1992, p. 73). Com isso, vê-se um modo de convocar a

psicanálise para esse debate como busca por uma complementaridade à epistemologia genética (SOUZA, 2011; GARBARINO, 2012). Tal ideia de complementaridade vem a calhar quando se parte de uma concepção de indivíduo resultado da soma de variadas partes, os chamados aspectos cognitivos, afetivos, sociais etc.. Nesse caminho, visa-se alcançar o todo articulando disciplinas especializadas nesses diferentes aspectos (ARANTES, 2002). Ou seja, a psicanálise, apresentada como uma teoria da afetividade, aparece como suporte à psicologia do desenvolvimento, compartilhando com essa o viés adaptativo e subsidiando a crença na possibilidade de uma intervenção educativa ou psicopedagógica sob medida, a partir do desvendamento da natureza do desenvolvimento do funcionamento mental.

No entanto, essa incorporação acaba por esvaziar o potencial que o referencial psicanalítico justamente oferece para pensar a questão da construção do conhecimento de outro modo que não aquele amarrado aos termos psicológicos do problema. Incorporação que é tributária de uma tendência a neutralizar o poder subversivo da psicanálise no campo da ciência. Segundo Althusser (1964), entre as tentações ameaçadoras de anexação da psicanálise está aquela operada pela psicologia e pela sociologia, reduzindo-a “a uma técnica de readaptação ‘emocional’ ou ‘afetiva’, a uma reeducação da ‘função relacional’, que nada têm a ver com seu objeto real” (ALTHUSSER, 1985, p. 58, nota 3). Para fazer frente a esse reducionismo, afirma-se a irreducibilidade do objeto teórico da psicanálise: o inconsciente.

Assim, tendo retomado o viés estruturalista do pensamento piagetiano como capaz de desvincular o genebrino da perspectiva desenvolvimentista, abre-se outro caminho para a inserção da psicanálise no debate que não seja no sentido da complementaridade, mas da articulação a partir de outro referencial, daquilo que se apresenta propriamente como limite da teorização piagetiana. Para Lajonquière (2010), o sujeito epistemológico aponta para um sonho piagetiano essencialmente impossível (como todo sonho). A equilibração seria então uma tendência virtual a anular as tensões e contradições próprias do mundo epistêmico. Tendência impossível manifestada nas estratégias singulares dos sujeitos particulares de lidar com as perturbações aos seus esquemas de ação ou conceituação. Ou seja, as construções ou reconstruções dos conhecimentos são sempre, em alguma medida, imprevisíveis e não padronizáveis. Isso não implica necessariamente negar a estruturação cognitiva e seu princípio de equilibração, mas aponta para a necessidade de lançar luz sobre aquilo que resiste a se enquadrar numa análise estruturalista clássica. Para tanto, é preciso não endossar que o princípio da equilibração seja o regulador único do psiquismo. É nesse sentido que parece pertinente recorrer aos ensinamentos freudianos a fim de avançar na compreensão dos processos de construção do conhecimento que não anulem aquilo que, dentro desse outro referencial, podemos chamar da irrupção do sujeito do desejo inconsciente.

Contribuições de Freud para pensar o lugar do sujeito na estrutura

Primeiramente, abordou-se uma primeira inflexão no debate próprio à psicologia educacional, a saber, aquela que visa retomar o espírito estruturalista piagetiano, contrapondo o construtivismo ao evolucionismo desenvolvimentista. Agora, propõe-se uma segunda inflexão, aquela que visa problematizar o estruturalismo clássico e sua necessária negação da intrusão do sujeito como furo na estrutura. Dentro desse movimento, é fundamental nos determos nos fundamentos da teorização freudiana no que diz respeito às funções do Eu e a intrusão da pulsão de morte nesse domínio, afastando definitivamente a discussão sobre os determinantes da construção do conhecimento da perspectiva desenvolvimentista.

López (2005), em seu esforço de aproximação entre a psicanálise e a problemática que as ciências cognitivas tem se deparado contemporaneamente, localiza um ponto em comum que seria a constatação da falta de autonomia de um suposto agente dos processos cognitivos. Reconhece em alguns pesquisadores do campo do cognitivismo um esforço por desmascarar o caráter ilusório da crença no Eu como agente dos processos cognitivos, ao constatarem que as operações cognitivas independem da consciência, o que os leva à desconfiança no poder organizador do Eu e à consideração da existência de processos inconscientes. Piaget bem poderia ser agregado a esse grupo de estudiosos, apesar do autor não dedicar ao genebrino mais que umas poucas linhas.

Segundo López (2005), ao empreender essa destituição do Eu como agente autônomo e consciente dos processos cognitivos, os cognitivistas se veem diante da necessidade de instituir um ordenador responsável por comandar esses processos. Daí a hipótese da auto-organização do conhecimento e a aproximação dos processos cognitivos com a inteligência artificial, defendida também por Piaget (1979) em seu esforço estruturalista.

No entanto, a analogia entre homem e máquina, apesar de levar o cognitivismo mais próximo da psicanálise¹, dada a admissão de um sujeito descentrado de si mesmo, não avança em direção à constituição de um sujeito particular, impedindo a consideração da presença de um desejo singular implicado nos processos cognitivos (LÓPEZ, 2005). Daí que as propostas de intervenção psicoterapêuticas derivadas das ciências cognitivas não consigam escapar do objetivo de modificação da conduta no sentido de uma adequação mais realista e funcional entre sujeito e objeto. Trata-se, contraditoriamente, de uma proposta de reestruturação cognitiva nos moldes de um apelo às funções autônomas do Eu. Proposta que a psicologia transmite, ainda, ao campo da educação.

Do ponto de vista psicanalítico, trata-se, segundo López (2005), de uma proposta superficial e ingênua, diante da descoberta da pulsão de morte, justamente a partir da constatação do automatismo de repetição que se coloca como obstáculo à adaptação à “boa” conduta. É nesse sentido que se

¹ Segundo López (2006), recorrer ao computador como metáfora para pensar o psiquismo é algo que Lacan também arrisca em seu Seminário 1 – Os escritos técnicos de Freud, e que também teria um paralelo na utilização, por Freud, do termo *aparinho psíquico*.

justifica, no cerne do debate acerca dos determinantes dos processos epistêmicos, a inflexão que permite incorporar elementos fundamentais da teorização freudiana, a fim de considerar a atividade cognitiva como atividade do sujeito, como aquela que escapa ao comportamento automatizado previsto pela máquina e é, portanto, atividade imprevisível e inadaptada.

O ponto de partida dos estudos freudianos é a interpretação do adoecimento mental como efeito de uma situação conflituosa. O conflito é o eixo central em torno do qual as noções vão sendo construídas. Da ideia do conflito deriva a teorização da divisão subjetiva. Ao invés de superação, as transformações do aparelho psíquico seguem a lógica da cisão. Essa forma de interpretação da vida mental visa dar conta justamente dos fenômenos que apontam para a insistência de forças contrárias à adaptação.

Desde os inícios de seus escritos psicanalíticos, Freud utiliza o termo *Eu* para se referir principalmente a um agente repressor responsável pelo recalçamento dos impulsos por algum motivo incompatíveis com as representações conscientes (FREUD, 1996a). Porém, na medida em que Freud toma como eixo o conflito, é levado a sustentar que o *Eu* não recobre todos os processos psíquicos, vislumbrando a existência de forças determinantes da conduta e dos sentimentos que provém justamente dessas representações negadas pelo *Eu*. Nesse primeiro tempo de sua teorização, o *Eu* muitas vezes se confunde com a consciência². Assim, essas representações que não têm acesso à consciência, mas nem por isso deixam de existir e gerar efeitos na vida mental, irão compor o inconsciente freudiano.

Grosso modo, Freud vai distinguir então dois sistemas nos quais se dividiria a vida mental e atribuir a cada um deles um modo de funcionamento próprio, ou seja, leis determinantes de suas manifestações na vida psíquica. Um deles seria o processo primário, sob o domínio do princípio de prazer; o outro, processo secundário, no qual o princípio de prazer sofreria uma regulação pelo princípio de realidade. O princípio de realidade aparece como um freio ao princípio do prazer, por si só incapaz de dar conta de garantir a sobrevivência do sujeito. Ou seja, o que parece estar em jogo nessa passagem seria a tendência à autoconservação do indivíduo, uma passagem de caráter adaptativo (FREUD, 2010a).

Isso se dá na medida em que o primeiro modo de organização das forças que impulsionam a vida psíquica do sujeito é pensada por Freud como voltada não propriamente à satisfação de necessidades orgânicas, mas como busca por um prazer que é desviante da função orgânica, tendendo a uma satisfação alucinatória (FREUD, 1995, 1996b). Se essa organização – sexual – funda a vida psíquica do indivíduo, ela não seria por si só suficiente para garantir sua sobrevivência, dadas as limitações da satisfação pela via da alucinação do objeto. Seria, portanto, como efeito de uma tendência

² A correlação entre *Eu* e consciência é mais estreita, embora desde cedo haja a suposição de que o *Eu* abrangeria algo além da consciência, o que o levou a conceber a noção de pré-consciente.

à autoconservação que o princípio de prazer encontraria um novo contorno através do princípio de realidade.

Contudo, conforme já apontado, a transformação do conjunto pelo aparecimento de um novo elemento não representa, na teorização freudiana, superação do anterior. Princípio do prazer e princípio de realidade coexistem num aparelho psíquico dividido. Efeito, desde o início, do compromisso freudiano em não anular aquilo que resiste à adaptação. Daí a importância do elemento responsável por garantir essa sobreposição do princípio de realidade sobre o princípio de prazer; a saber, o Eu.

A partir dessa primeira oposição entre pulsões sexuais e funções de autoconservação, Freud (1970) irá falar em pulsões de autoconservação, apesar de ter dificuldade em esclarecer que energia seria essa, em oposição à pulsão sexual (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992). O termo pulsão de autoconservação parece carregar certo paradoxo na medida em que sugere uma maior proximidade da pulsão, ou de um tipo dela, e o plano da necessidade. No entanto, isso está em franca contradição com a conceituação anterior acerca da pulsão (FREUD, 1996b). Justamente, o esforço havia se direcionado para a desvinculação da energia impulsionadora da vida psíquica e a funcionalidade de um organismo. Assim, a sexualidade humana é essencialmente desadaptada em relação ao objetivo da reprodução, o que o conduz à noção de sexualidade infantil. No entanto, até então Freud centrara as atenções no que denomina pulsões sexuais, deixando sempre em aberto a existência de outro tipo de pulsão, ligada às funções de conservação do indivíduo.

Freud (1970) vincula o Eu às pulsões de autoconservação, deslocando então o paradoxo para as próprias funções do Eu. Seria o Eu um representante das funções vitais do organismo e, conseqüentemente, agente de adaptação do psiquismo a um princípio de realidade que garantiria a adequada relação do organismo com o meio? Freud se afasta dessa interpretação ao afirmar que o Eu é efeito de um processo formativo; ou seja, não está dado “desde o começo” (FREUD, 2010b, p. 18-19). Essa formação equivale a uma unificação, constituição de uma unidade em oposição a uma suposta fragmentação do corpo própria ao autoerotismo.

O Eu começa a ser concebido, portanto, como uma instância psíquica cuja existência está condicionada a uma novidade, a uma “nova ação psíquica”, que gera uma unidade onde se concentra a libido originalmente dispersa em fragmentos de corpo (FREUD, 2010b). Sendo a libido energia sexual, o que está em jogo é então um investimento sexual no próprio Eu, o que vai se revelar *a posteriori* uma preparação para a inflexão freudiana rumo à consideração de que a diferença entre pulsões sexuais e de autoconservação não é qualitativa, mas topológica. Da ideia de libido *do* Eu ou *do* objeto, ruma-se para a ideia de libido *no* Eu ou *no* objeto. A admissão dessa mudança de perspectiva só será possível após o deslocamento da dualidade pulsional para outro plano, entre pulsões de vida e de morte (FREUD, 1976). As pulsões de autoconservação passam a ter, assim como as pulsões sexuais, natureza libidinal e compõem o escopo das pulsões de vida.

Essa inflexão é de suma importância e reitera, mais uma vez, o compromisso de Freud com o inconsciente, ou seja, com a recusa em anular a dimensão do conflito como central na vida psíquica. Em paralelo, portanto, com seu esforço por desvendar a lógica própria às leis determinantes das manifestações do inconsciente, ele está atento e instigado por aquilo que, no confronto de sua teorização com a experiência clínica, insiste em não se encaixar em modelo teórico algum.

O sofrimento próprio ao adoecimento neurótico é explicado por Freud até então como resultado da incapacidade do Eu em lidar com a insistência de certas representações investidas no inconsciente em retornar e ter um destino outro que o recalque. O desprazer é efeito, portanto, da recusa por parte do Eu em aceitar certas formas de obtenção de prazer. Porém, o psicanalista se vê indagado por certos fenômenos de repetição de experiências originalmente desprazerosas.

Para buscar compreender essa insistência do traumático, Freud (1976) é levado a indagar se isso não indicaria um limite além do qual o princípio de prazer e o princípio de realidade não exerceriam seu poder de regulação. Supõe então a existência de uma tendência, tão ou mais vital do que aquela à adaptação, de restauração de um estado anterior. Tendência de retorno a um estado hipotético de ausência de estímulos, estado de equilíbrio por excelência. A representação da ausência de estímulo é o inorgânico, matéria com ausência de vida. Assim, Freud desemboca na formulação de que “o objetivo de toda vida é a morte” (p. 204). Essa tendência à quietude aponta, paradoxalmente, ao limite da realização mesma da satisfação plena, levando-o a indagar se o princípio do prazer, enquanto tendência a reduzir e manter constante o nível de tensão excitatória no interior do aparelho psíquico, não estaria afinal a serviço dessa pulsão de morte.

Ao postular a pulsão de morte como a força mais primitiva da constituição psíquica, os “fenômenos de vida” se reúnem em torno da ideia de “rodeios rumo à morte” (FREUD, 1976, p. 205). Isso leva Freud a esboçar uma desconstrução da ideia de progresso e desenvolvimento como algo inerente às tendências da constituição psíquica. A tendência ao progresso e seu caráter valorativo adviriam da ilusão de um “impulso à perfeição” (p. 209), e o desenvolvimento seria, na verdade, resultado da impossibilidade imposta pelo recalque de realização da tendência ao retorno. Isso porque, como resposta a essa impossibilidade, surgiriam as pulsões de vida. Assim, o suposto “ímpeto rumo à perfeição” seria na verdade a manifestação do “esforço de Eros para reunir o orgânico em unidades cada vez maiores”, consequência do fato de que as forças direcionadas para a plena satisfação pulsional estão bloqueadas pelo recalque, e, no entanto, não cessam de insistir em sua luta pela realização.

A luta pela satisfação plena equivale a uma busca incessante pela repetição de uma vivência primária de satisfação (FREUD, 1995), representação de uma experiência de completude. Todos os desvios que as pulsões de vida oferecem como substitutivos não anulam a tensão constante da pulsão direcionada à satisfação plena que passa a ser identificada com a morte, enquanto anulação de toda tensão. Assim, afirma Freud que: “da diferença entre o prazer de satisfação encontrado e o exigido resulta o fator impulsor que não admite a permanência em nenhuma das situações produzidas”.

Estando o caminho da completa satisfação obstruído pelo recalque, “não resta senão continuar pela direção de desenvolvimento ainda livre, embora sem perspectiva de encerrar o processo e poder alcançar a meta” (FREUD, 1976, p. 210).

Considerações finais

Essa formulação nos permite uma aproximação do paradoxo que estaria em jogo na ideia de um impulso ao equilíbrio onde o caminho no sentido da complexificação se alimentaria justamente da impossibilidade de realização plena da satisfação e, ao mesmo tempo, da reiteração da busca por essa mesma satisfação. Esse resto que é efeito de um menos sempre presente em toda busca do sujeito por um objeto de satisfação é o que conforma o inconsciente. Nesse sentido, a unidade do Eu se revela em toda sua precariedade, pois a impossibilidade de integração desse resto e sua insistência põe à prova o controle daquele sobre a vida mental, revelando sua sujeição ao inconsciente, ou ao Id, como Freud (2011) passará a denominar o que aponta para a presença de algo impessoal que nos habita, uma “outra parte” da vida psíquica não integrável na unidade do Eu. Em suas tentativas de subjugar o Id, o Eu exerceria um domínio muito mais formal do que factual, buscando “transformar em ato a vontade do Id, como se ela fosse a sua própria” (FREUD, 2011, p. 31).

Os processos cognitivos, enquanto manifestação da inteligência ou, na perspectiva piagetiana, manifestação da equilíbrio majorante, podem por essa via serem considerados como parte dos efeitos desse embate constante entre as forças que visam a realização da satisfação pulsional e aquelas que impõem, estruturalmente, a diferença entre o almejado e o passível de ser alcançado. Todo processo de equilíbrio, apontando na direção da complexificação, produz necessariamente um resto não integrável na unidade, vazio central na estrutura e que engendra a busca incessante por aquilo que não pode ser de fato encontrado.

É por esse caminho que o recurso à teorização freudiana permite a incorporação da realidade do inconsciente como modo de radicalizar o construtivismo piagetiano (LAJONQUIÈRE, 2010). Contudo, isso só é possível se recorremos ao estruturalismo também como instrumento de leitura das noções freudianas, único meio de enfrentar o risco de uma leitura de Freud tão organicista quanto aquela que predomina nos estudos piagetianos. Por esse caminho, reconhece-se no paradigma inaugurado por Freud a possibilidade de pensar os processos epistêmicos a partir de outra noção de determinação estrutural. Permanece a ideia de uma estrutura que articula elementos conforme leis de composição internas, no entanto, essa estrutura passará a ser concebida tendo como centro ordenador precisamente a falta ou ausência que decorre dessa impossibilidade de realização da satisfação plena.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. Publicação original: 1964.
- ARANTES, Valeria A. A afetividade no cenário da educação. In: OLIVEIRA, M. K. de; REGO, T. C.; SOUZA, D. T. R. (Org.). *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002. p. 159-174.
- FORTES, Isabel. Estrutura e temporalidade na psicologia e na psicanálise. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 193-206, jul./dez. 2006.
- FREUD, Sigmund. A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão. In: _____. *Obras psicológicas completas: edição standard brasileira*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1970. v. 9, p. 197-203. Publicação original: 1910.
- _____. Além do princípio do prazer. In: _____. *Obras psicológicas completas: edição standard brasileira*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 18, p. 17-87. Publicação original: 1920.
- _____. As neuropsicoses de defesa. In: _____. *Obras psicológicas completas: edição standard brasileira*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. 3, p. 53-66. Publicação original: 1894.
- _____. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. In: _____. *Obras completas*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010a. v. 10, p. 108-121. Publicação original: 1911.
- _____. Introdução ao narcisismo. In: _____. *Obras completas*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010b. v. 12, p. 13-50. Publicação original: 1914.
- _____. *Projeto de uma psicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. Publicação original: 1895.
- _____. O eu e o id. In: _____. *Obras completas*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. v. 16, p. 13-74. Publicação original: 1923.
- _____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. *Obras psicológicas completas: edição standard brasileira*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. 7, p. 119-234. Publicação original: 1905.
- GARBARINO, Mariana I. *Crenças sobre a origem dos bebês em crianças de 4 a 9 anos: uma abordagem a partir da psicogênese piagetiana e da psicanálise freudiana*. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- LAJONQUIÈRE, Leandro de. A inteligência piagetiana. In: BANKS-LEITE, L. (Org.). *Percursos piagetianos*. São Paulo: Cortez, 1997b. p. 97-116.
- _____. Apresentação à 15ª edição – Para ler De Piaget a Freud. In: _____. *De Piaget a Freud – para uma clínica do aprender*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 11-59.
- _____. *De Piaget a Freud – para uma clínica do aprender*. Petrópolis: Vozes, 2010. Publicação original: 1992.

_____. Piaget: notas para uma teoria construtivista da inteligência. *Psicol. USP*, v. 8, n. 1, p. 131-142, 1997a.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. *Vocabulário da psicanálise*. Tradução: Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LA TAILLE, Yves de. Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget. In: _____. (Org.). *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.

LÓPEZ, Hector. Cognitivismo y psicoanálisis: ensayo sobre sus relaciones ocultas. (Primera parte – entre el ordenador digital y el “Gran Outro” (A)). *Perspectivas en Psicología*, v. 2, n. 1, p. 1-10, nov. 2005.

_____. Cognitivismo y psicoanálisis: ensayo sobre sus relaciones ocultas. (Segunda parte – el debate en torno a la causalidad psíquica). *Perspectivas en Psicología*, v. 3, n. 1, p. 11-19, nov. 2006.

MACEDO, Lino et al. Afetividade, cognição e conduta na prova operatória de seriação. *Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, v. 2, n. 1, p. 295-316, jan./jul. 2009.

PIAGET, Jean. *Epistemologia genética*. São Paulo: Abril Cultural, 1975a. (Coleção Os Pensadores, v. 51, p. 127-190). Publicação original: 1970.

_____. *O estruturalismo*. São Paulo: Difel, 1979. Publicação original: 1968.

_____. *Problemas de psicologia genética*. São Paulo: Abril Cultural, 1975b. (Coleção Os Pensadores, v. 51, p. 339-422). Publicação original: 1972.

SOUZA, Maria Tereza C. C. de. As relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, n. 2, abr./jun. 2011, p. 249-254.

_____. Construção de conhecimento e psicologia do desenvolvimento: contribuições da Teoria de Piaget. *Schème: Revista Eletrônica de psicologia e Epistemologia Genéticas*, v. 6, número especial, p. 129-140, nov. 2014.

_____. Valorizações afetivas e virtudes nas representações de contos de fadas: um olhar piagetiano. *Boletim de Psicologia*, v. 4, n. 123, p. 205-232, 2005.